

ARTIGO

ARTÍCULO

RECONHECIMENTO DO UNIVERSO FIDUCIÁRIO

RECONOCIMIENTO DEL UNIVERSO FIDUCIARIO

RECOGNITION OF THE FIDUCIARY UNIVERSE

CLAUDE ZILBERBERG

Groupe de Recherches Sémiolinguistiques, França

**PUBLICAÇÃO ORIGINAL
CRUZEIRO SEMIÓTICO**
1986

**PUBLICACIÓN ORIGINAL
CRUZEIRO SEMIÓTICO**
1986

COMO CITAR

CÓMO CITAR

ZILBERBERG, C. Reconhecimento do universo fiduciário. **Cruzeiro Semiótico**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 1-18, jan.-jun., 2025.

**CRUZEIRO
SEMIÓTICO**

Sganarelle: Mas então é necessário acreditar em qualquer coisa neste mundo. Em que acredita?

Dan Juan: Em que acredito?

Sganarelle: Sim.

Don Juan: Acredito que dois mais dois são quatro, Sganarelle, e que quatro mais quatro são oito.

Sganarelle: Que rica crença e que ricos artigos de fé! Ao que vejo, a sua religião é então a aritmética?

Molière

O CIRCUITO DO VALOR

Desde o seu aparecimento, a reflexão semiológica é atraída pelo valor. Para o seu fundador, Saussure, o signo parece ser, em certos momentos, apenas um momento, uma fase, um catalizador entre dois sistemas de valores: os valores constituintes (as figuras de Hjelmslev) e os valores constituídos que uma cultura categoriza: valores objetivos e mercantis, valores modais, valores estéticos – a palavra de Mallarmé: “Tudo se resume à Estética e à Economia política” (Cf) – etc., de que ela regula o comércio.

Os valores constituintes

Por valor constituinte designamos a resultante da dupla redução operada por Saussure:

- da “unidade” aos seus “caracteres” (CLG, p. 168), por um lado,
- dos “caracteres” às “diferenças” designadas positivamente como valores: “Eis porquê, em última instância, a noção de valor recobre as de unidade, de entidade concreta e de realidade” (Ibidi., p. 154).

Do mesmo modo em Hjelmslev:

Uma forma linguística é um valor expreso. As relações de que aqui se trata são, em qualquer língua, valores expressos (Hjelmslev, 1972, p. 77).

Se bem que os Prolegómenos – por razões que analisaremos – evitem este termo. Na perspectiva glossemática, preocupada, antes de tudo o mais, com a “estratificação”, os signos são manifestantes e os valores-figuras manifestados, mas conforme uma condição que é ela própria constituinte, a saber: o mínimo número dos segundos em relação aos primeiros.

Os valores constituídos

Na perspectiva saussuriana, semiologia e linguística estabelecem relações inesperadas: a linguística não é senão um caso particular (CLG, p. 33) da semiologia, a qual “não existe ainda”. A salvação está na adoção do ponto de vista imanente: “estudar a língua em si-mesma” (Ibid., p. 34). Como? Através de uma generalização, de uma “indução amplificante” (Bachelard) que indica como objeto de estudo o valor, aliás menos o valor que a sua “vida”, a sua sobrevivência. De tal forma que o projeto saussuriano é susceptível de duas definições extensivas distintas:

- Uma definição especial que faz do valor uma função, uma instância de partida;

- Uma definição geral que faz dele um functivo, uma resultante:

“(...) todos os valores parecem ser regidos por este princípio paradoxal. Eles são sempre constituídos:

1º. por uma coisa dissemelhante susceptível de ser trocada com aquela cujo valor é a determinar;

2º. por coisas semelhantes que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa. ” (CLG, p. 159).

Esta clarificação justifica, retrospectivamente, a comparação entre a linguística e a economia política.

[...] nas duas ciências, trata-se de um sistema de equivalência entre coisas de ordens diferentes: numa um trabalho e um salário, na outra um significado e um significante (CLG, p. 115).

Este paralelo será em parte reconduzido e em parte rejeitado por Hjelmslev, através de uma clivagem do próprio conceito de valor. No primeiro caso, é antes a economia política que se assemelha cada vez mais à língua, desde o abandono do referente-ouro (Hjelmslev, 1971, p. 85-86); no segundo, o valor releva do nível de avaliação e torna-se o nível fundamental da substância:

Com toda a evidência, é a descrição por avaliação que se impõe imediatamente para a substância do conteúdo. Não é pela descrição física das coisas significadas que se chegaria a caracterizar utilmente o uso semântico adoptado por uma comunidade linguística e pertencente à língua que se quer descrever: é, pelo contrário, pelas avaliações adotadas por essa comunidade, pelas apreciações coletivas, pela opinião social (Ibid., p. 60).

Diremos que, com Saussure, estamos perante valores-formas e, com Hjelmslev, perante *valores-fins*. Acrescentemos que a “teoria das catástrofes” impõe valores fluxos, os quais, convertidos em pregnâncias, regulam a atividade simbólica.

De uma petição de princípio

O campo semiótico encontra-se, pelo menos hipoteticamente, *homogeneizado* desde que se possa mostrar que cada tipo de valores informa, trabalha de maneira específica a cadeia significante. Ainda não chegamos aí.

Uma outra consequência sobressai desta convergência: não trabalhamos, mesmo a um nível superficial, ilocucionário, com o *valor de qualquer coisa*, mas, indefinidamente ..., com o *valor de um valor*. O que quer dizer que o valor deve ser catalisado em *valor de troca*, o qual, constituído em função, admite como functivos um *contra-valor* e aquilo a que chamaremos, à falta de melhor, um *valor-base*.

	Contra-valor
Valor de troca	Valor-base*
função	functivos

*Estes termos têm apenas um valor relativo, mas esta relatividade causa enigma, uma vez que, na era moderna, o dinheiro tornou-se . . . numa mercadoria como qualquer outra. De forma que a determinação deu lugar a um paralelo, a uma rima: cada termo é a resposta ao outro e reciprocamente.

A ser assim, o problema de fundamento do valor muda de conteúdo. O difícil, o delicado, não é mais fundar, “entrar” num determinado tipo, num determinado regime de valores, mas, se assim podemos dizer, o “sair” dele... No princípio de um certo tipo de valores, chamemos-lhe V_n , descobrir-lhe-emos um outro, V_{n-1} , que controla V_n , simplesmente porque V_n implícita V_{n-1} , ou então porque V_{n-1} constitui o sincretismo resolúvel de V_n .

É a partir desta circularidade – para nós vantajosa – que nos propomos introduzir as noções conjuntas de *sujeito* e de *espaço fiduciário*. Distinguindo nitidamente entre fazer avaliativo e fazer normativo:

O fazer avaliativo está na dependência do *fazer persuasivo*, que ele especifica; do ponto de vista objetual, debatendo as *vantagens* dos objetos e dos méritos dos sujeitos; do ponto de vista operatório, confrontando ou combinando fazer apreciativo e fazer depreciativo para fixar as ideias, esta declaração de Valéry: “O mundo não vale senão pelos extremos e não dura senão pelos meios. Não vale senão pelas ultras e não dura senão pelos moderados” (Valéry, 1974, p. 1368) pode ser examinada a partir do duplo ponto de vista indicado:

- Na ordem avaliativa os “moderados” reprovarão os “ultras”, e não sem razão, pelo seu excesso, pelos seus exageros, pela sua transgressão insensata dos limites, e serão por sua vez censurados, exatamente com a mesma razão por sofrerem o insuportável, isto é a carência, a insuficiência, a vacuidade.

- Na ordem normativa as coisas passam-se de forma diferente: uma análise “à la Jakobson” (1963, pp. 103-149) dos segmentos “o mundo não vale senão pelos...”, “o mundo não dura senão pelos...”, mostraria que, para os “ultras”, a “intensidade”, a “explosão”, a “força”, numa palavra, o ritmo pautam o valor, enquanto que os “moderados” pedem à “quantidade”, à “duração”, numa palavra, ao tempo, que desempenhe o mesmo papel.

Entre o fazer avaliativo e o fazer normativo, a relação parece ser a de uma *determinação* que institui o fazer avaliativo como pressuponente e o fazer normativo como pressuposto. No fazer avaliativo, homotopo, é a procura duma *motivação* – na acepção saussuriana do termo – que é pertinente; tendo em consideração a heteropopia induzida pela relação de dois espaços que distingue o fazer normativo, é a procura de uma *necessidade* que finaliza o processo.

O UNIVERSO FIDUCIÁRIO

O contributo dos valores constituintes da estrutura está dado: por definição. Resta estabelecer o contributo dos valores constituídos.

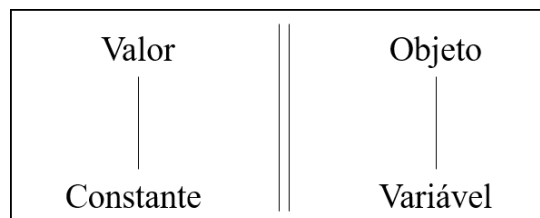
Valor e estrutura

Precisemos as condições a preencher. A hipótese deve satisfazer não somente à adequação, mas igualmente ao arbitrário. Por falta de espaço, ocupar-nos-emos somente da segunda. Por estruturação entendemos, não o uso rústico e sistemático do princípio dicotómico recomendado pelos Praguenses (Hjelmslev, 1973, p. 82), mas a análise Hjelmsleviana (1968, p. 49) que tem como resultante uma relação de *dependência*.

Entre “avaliação” e “apercepção” – os termos são simples limites: uma semiótica da diferença requer termos discretos: uma semiótica da dependência, Hjelmsleviana, é mais cómoda na medida em que o seu interesse se dirige mais sobre a relação que sobre os termos em si-mesmos –, a relação seria, portanto, uma determinação. O texto de Hjelmslev, citado anteriormente, já o sugeria; um texto, posterior de três anos, afirma-o de forma categórica:

A substância semântica comporta vários níveis (...) há entre os níveis uma ordem hierárquica que convém desvendar. De uma forma evidente, é a descrição por avaliação que se impõe imediatamente, e é o nível de apreciação que constitui a constante que é pressuposta (selecionada) pelos outros níveis, entre os quais o nível físico (que, como se sabe, pode faltar), e que é o único que permite dar conta, de forma cientificamente válida, das ‘metáforas’ (Hjelmslev, 1971, p. 118).

Apesar do fato de estes valores-fins pertencerem, aos olhos do linguista dinamarquês, à substância, estamos autorizados a colocar:



Por seu lado, A. J. Greimas insiste igualmente no facto de que a relação do sujeito ao valor precede e comanda a relação do sujeito ao objeto:

[...] o valor que se investe no objeto visado semantiza, por assim dizer, todo o enunciado e torna-se ao mesmo tempo o valor do sujeito que o encontra quando visa o objeto, e o sujeito encontra-se determinado na sua existência semântica pela sua relação com o valor. Bastará, portanto, que, numa etapa ulterior, o sujeito seja dotado de um querer ser, para que o valor do sujeito, no sentido semiótica, se transforme em valor para o sujeito, no sentido axiológico deste termo (Greimas, 1983, p. 23).

Basear-nos-emos em três considerações:

1 – o valor parece, do ponto de vista da manifestação, como um dado extenso e o objeto como um dado intenso (Hjelmslev, pp. 164-165);

2 – a junção do extenso e do intenso (da pregnância e da saliência, na terminologia catastrofista?) pode ser considerada como uma feliz coincidência, uma interseção euforizante da imanência e da manifestação;

3 – esta passagem da imanência (“valor do sujeito”) à manifestação (“valor para o sujeito”) parece ser um limite generativo:

- que subjetiva o sujeito, finalizando-o;
- e objetiva o objeto, contratualizando-o.

Esta solução de continuidade entre valor e objeto, entre intenção e contrato, entre projeto e compromisso, define o lugar em que se exerce o fazer avaliativo. Ela interessa ao atuante coletivo na medida em que ela enuncia a condição de possibilidade da convenção, do consenso, das permanências e das revoluções fiduciárias, das transformações do “por quê?” ao “por que não?”.

	Constante	Variável
Nível em – al (pressuposto)	Subjetal: Valor	Objetal: Objeto
Nível em – if (pressuponente)	Subjetivo: Finalização	Objetivo: Contratualização

O fiduciário está, portanto, na origem duma dupla dependência e comanda tanto a subjetivação como a objetivação que aparecem como modos de manifestação, de difusão – de propagação, segundo a teoria das catástrofes – do valor. Segundo esta relação, os valores induzidos, podem chamar-se *fóricos* ou, o que é a mesma coisa, *pré-modais*. Esta estruturação é igualmente geradora de valores

escalares: segundo os termos retidos, a distância será maior ou menor; assim a “distensão” será mais importante entre “subjetal” e “objetivo” que entre “subjetal” e “subjetivo” etc.

Ocupação do espaço fiduciário

Evidentemente, é impossível tratar em poucas linhas um assunto tão extenso. Trata-se somente de ilustrar o estatuto de constante do valor, que acabámos de supor. Neste caso, o percurso fiduciário duplica, como o direito em relação ao avesso, o percurso generativo: cada nível do percurso generativo apresenta-se, se assim se pode dizer, como a sombra projetada do nível correspondente no percurso fiduciário. Cada nível de avaliação encontra-se, assim, provido dum nível de efetuação.

Por razões que se prendem, quer ao arbitrário, quer à adequação, pensamos que o percurso generativo deve, para ganhar sobre o implícito, apelar para cinco níveis:

N1: nível tensivo

N2: nível aspectivo

N3: nível diretivo (ou modal)

N4: nível junctivo (ou narrativo)

N5: nível discursivo

No sentido “ascendente” a relação pertinente é a conversão; no sentido “descendente”, é a pressuposição. Cada nível vale somente pelas categorias específicas que utiliza.

Tomadas estas precauções, o quadro que segue resume este esforço:

UNIVERSO AVALIATIVO		UNIVERSO FACTIVO	
FUNÇÃO	CATEGORIAS	FUNÇÃO	CATEGORIAS
espaço especulativo	equivalência / equidiferença	espaço discursivo	exclusão / participação
espaço crítico	o bem / o bom	espaço junctivo	prazer / satisfação
espaço pático	dever / desejo	Espaço diretivo	obrigação / volição
espaço nómico	totalização / infinitização	espaço aspectivo	saliência / intermitência*
espaço fónico	euforia / disforia	Espaço tensivo	suspensão / continuação
sistema dos avaliandos		sistema dos predicantes	

Tentaremos mostrar como cada nível de avaliação ocasiona, propõe um certo tipo de valores; o fazer normativo controla as operações de transavaliação de um nível a outro.

O nível fórico

Este nível prevalece, do ponto de vista normativo, a, pelo menos, três títulos:

- Dum ponto de vista epistemológico restrito, ele constitui, a nosso ver, a procura mínima; formulando uma *intencionalidade* que, incessantemente, “inventa a sua qualidade” (P. J. Jouve);
- Dum ponto de vista epistemológico alargado, ele é conforme ao carácter atrativo dos mínima (teoria das catástrofes);
- Dum ponto de vista meta psicológico (Freud), ele submete sensatamente, o humano ao animado e constrange o “bípede sem penas” a aculturar e a naturalizar a “vida”, a aculturar e a naturalizar a “morte”.

O nível nómico

O espaço nómico – antes de cair, de precipitar em saliência e em intermência ao nível operatório – é ocupado por duas categorias de grande envergadura: a totalização e a infinitização:

- A totalização parece ser a resultante figural da concentração.
- Por seu lado, a infinitização parece ser a resultante figural da expansão (Baudelaire, 1954, p. 1206).

Os actantes do espaço nómico fazem saber que a história é finita ou indefinidamente aberta, indicam se o acontecimento tem valor de início ou valor de limite. Nos Cahiers, P. Valéry insiste várias vezes nesta ideia:

Amar grandemente alguém é torná-lo inesgotável (Valéry, 1974, p. 548).
A obra-prima de muitas religiões consiste no facto de terem sabido dar à ‘fé’ que resulta da troca de uma afirmação sem corpo por uma certeza por vezes inteira- um valor por vezes ‘infinito’ (Ibid., p. 683).

Por seu lado, J. Petitot afirma:

A característica de um ideal é a de infinitizar um conteúdo. (...) Encontramos, portanto, aqui, não mais o lado ‘pulsão’, mas o lado ‘ideal’, não

mais do lado dum investimento por uma pregnância, mas do lado duma negativização que infinitiza o sentido, um efeito de estrutura que transforma um objeto em valor significante afetando o sujeito (Petitot, 1982, p. 35).

O nível pático

Para nós, o espaço pático é o espaço da moralidade. É um espaço difícil de pensar, entalado que está entre dois espaços impressionantes: o nível nómico, que ele pressupõe, e o nível crítico, narrativo, que ele controla.

Ele é modal no sentido em que é imanente, no que concerne à espera. Mas ele demarca as modalidades do dever e do querer, enquanto elas são extensas e separa-as categoricamente das modalidades intensas que são o saber-fazer e o poder-fazer.

Estas modalidades extensas pressupõem o nível nómico, cada uma segundo a sua característica:

- O dever pressupõe a totalização, já que ele não significa nada a não ser a negação do excesso, ele próprio negação da totalização;
- O querer pressupõe a infinitização, já que ele não significa nada a não ser a negação da falta, ela-própria negação da infinitização.

Ele controla o nível crítico, narrativo, das realizações, de acordo com as características de cada uma destas modalidades.

O nível crítico

O nível crítico é o da realização, isto é, da junção com o valor, no caso da avaliação, da junção com o objeto-valor ao nível operatório. A categorização proposta: – o bem / o bom – não é perfeita, mas estas duas nominalizações “recordam-se” dos seus pressupostos respectivos:

- O “bom” está do lado do «desejo» e do objeto que ele infinitiza;
- O “bem” está do lado do «dever» e do sujeito que ele totaliza, que ele concentra, limitando-o.

O nível especulativo

Reivindicamos aqui a ambiguidade do termo “especulativo” dado que, para nós, ela é artificial: seja bolseira, seja mental, a especulação mistura valores – P. Valéry insiste várias vezes nesta ideia, seja para com ela se congratular, seja para a deplorar.

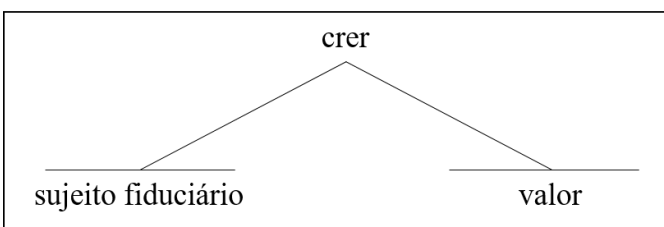
De acordo com a hipótese de partida, trata-se de avaliar... valores uns em relação aos outros. Dentro desta óptica, os valores serão aproximados uns dos outros, e é a noção de *equivalência* que vem, por si própria, inscrever-se no nosso propósito; o mecanismo seria formulável da forma seguinte: $a: b: :a: c$.

Quando os valores são simultaneamente aproximados e espaçados num sistema, segundo a fórmula: $a: b: : c: d$, é a noção de *equidiferença* que deve ser retida – assim, Cl. Lévi-Strauss escreve: “se nos é permitida a expressão, não são as semelhanças, mas as diferenças que se assemelham” (Lévi-Strauss, 1962, p. 111).

Este espaço especulativo é um espaço febril, inquieto, fugaz, dado que as transavaliações que se operam de um nível para outro são acompanhadas de perdas, de parasitagens, de distorções, das quais pouco sabemos.

O SUJEITO FIDUCIÁRIO

Se o objeto pressupõe o valor, a relação do sujeito ao valor é dada correntemente como um crer; o sujeito aparece, então, como sendo um sujeito fiduciário:



Mas, é o crer uma modalidade? O seu estatuto na teoria semiótica parece incerto: não está inserido no artigo “modalidades” (Greimas e Courtés, 1979, pp. 230-232), mas tem, todavia, direito a uma entrada própria (Ibid., pp. 76-77).

A modalidade do crer

Crer partilha com as outras modalidades e capacidade de reger um outro enunciado, mas delas se demarca pelo fato de reger um outro enunciado modal: o dever e o querer não pressupõem um crer, isto é, uma junção com o valor do valor? Não é verdade que o senso comum recomenda, para levar a bom termo um empreendimento, de “acreditar nele”?

Crer e saber

Crer e saber são, em relação um ao outro, variantes ou invariantes? A tendência atual da semiótica parece ser a de os considerar como variantes. Assim, A. J. Greimas, no estudo intitulado *Le savoir et le croire: un seul univers cognitif* (Greimas, 1983) conduz a crença à confiança:

A nossa hipótese consiste, portanto, em pretender que a sanção – ou a presunção epistémica, se se trata da instância produtora do enunciado – deve ser interpretada como uma adesão do enunciado proposto à parcela formalmente correspondente do universo cognitivo, e que é no interior deste lugar formal, que ela escolherá a variante ‘fiduciária’ ou ‘lógica’ da sua estrutura (Ibid., p. 126).

Por seu turno, J. Fontanille distingue dois sistemas: o “sistema do crer”, baseado na “manipulação” e no “dever-se”; o “sistema do saber”, baseado na “ação” e no “poder-se” (Fontanille, 1982, p. 12). Mas, por vias diferentes, J. Fontanille chega a uma posição semelhante à de Greimas: a diferença produz-se no interior duma identidade e estabelece um “crer 1” e um “crer 2”.

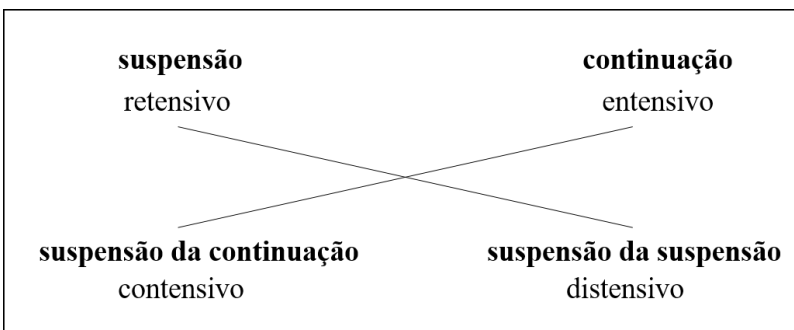
Nos dois casos, saber é como que “curto-circuitado”: como se a modalidade epistémica esvaziasse a atividade cognitiva do seu conteúdo operatório próprio. Que seja delicado caracterizar a atividade cognitiva, está fora de dúvida, mas esta dificuldade não nos deve levar a considerar que esta atividade cognitiva seja, em si mesma, vã, desinteressante, residual.

Consistência do saber?

Como articular o saber em poucas palavras? Convém, antes de mais, isolá-lo das isotopias que lhe são adequadamente solidárias ou parasitas: fazer informativo (ou comunicativo), fazer persuasivo (ou manipulatório), e de outras implicadas. Dito isto, fica uma isotopia propriamente cognitiva cujo objetivo seria, de certo modo, a relação.

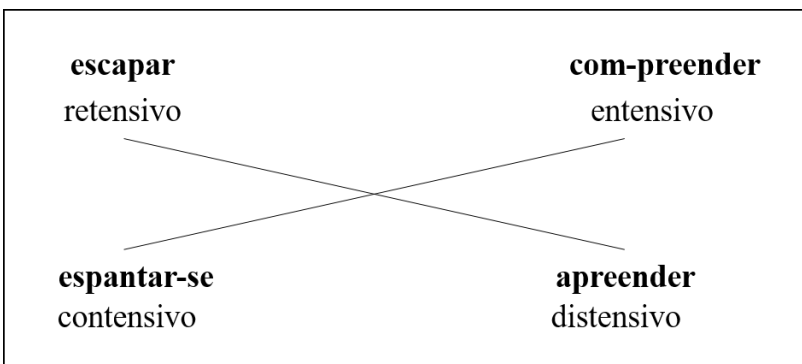
As estruturas cognitivas são universais pela sua forma e gerais (Hjelmslev, 1971, p. 176) pelo seu objeto.

Por forma, entendemos o quadrado semiótica na sua versão tensiva, fórica.



O quadrado conforme à hipótese enunciada mais acima, a saber: a primazia do animado sobre o humano: não há contradição na natureza...

Se o objeto cognitivo é, do ponto de vista figural, uma relação e, do ponto de vista figurativo, a construção daquilo a que podíamos chamar um endo-objeto, o quadrado da cognição apresentar-se-ia assim:



Este quadrado, independentemente dos problemas de fundo que levanta, apresenta, do ponto de vista terminológico uma nítida falta de homogeneidade:

1 – A deixis distensiva é, em si-mesma, homogênea, mas na base duma metáforização que assimila o ato cognitivo a uma captura – sobre esta dobra, esta curva do imaginário, ver os trabalhos de R. Thom.

2 – A deixis contensiva, por um lado, rompe corriqueira isotopia e, por outro lado, apresenta termos distintos do ponto de vista sintático: face a “compreender” e “apreender”, verbos transitivos, temos “espantar-se”, que é pronominal e “escapar” que, numa frase como “isso escapa-me completamente”, é intransitivo. Mas, precisamente, a série: – compreender – espantar-se – escapar – não é destituída de inteligibilidade: “compreender” convoca um sujeito cognitivo ativo; “espantar-se” retira a esse sujeito a sua competência cognitiva e torna este sujeito passivo, na medida em que, segundo o Petit Robert. “espantar-se” – no original francês *s’étonner* – é “estar surpreso” – être *surpris* –; enfim, em “escapar”, o objeto cognitivo é ativado e “sai” da esfera cognitiva do sujeito, da sua “egotopia”. No espaço cognitivo, a série em questão desenha um percurso:

compreender	—————	espantar-se	—————	escapar
sujeito ativado		sujeito passivo		objeto ativado
<i>conjunção</i>		<i>não-conjunção</i>		<i>disjunção</i>

Não estamos aptos a considerar que estamos perante uma atividade cognitiva original, modelizável, certamente, quer pelas modalidades epistémicas, quer pelas modalidades veridictórias? Mas por esta mesma razão, a atividade fiduciária encontra-se desvendada enquanto invariante: é dela que nos vamos ocupar agora.

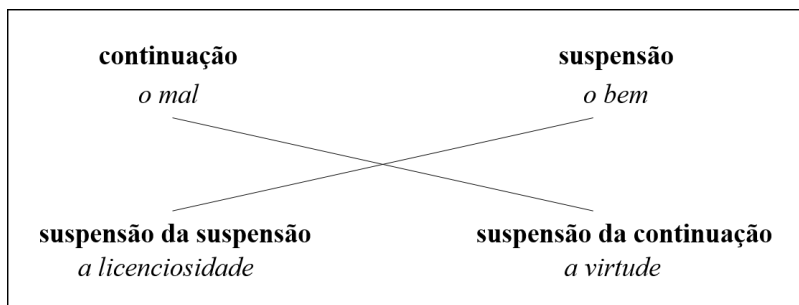
A atividade fiduciária

Para construir, com um custo teórico mínimo, as fases desta atividade fiduciária, recorreremos, por um lado, ao quadrado tensivo que há pouco evocámos, e, por outro, às categorias limítrofes do espaço crítico, a saber: o “bem” e o “bom”. Consequentemente, somos levados a propor:

- Para a categoria do “bem” um quadrado ético;
- Para a categoria do “bom” um quadrado pulsivo.

As modalidades éticas

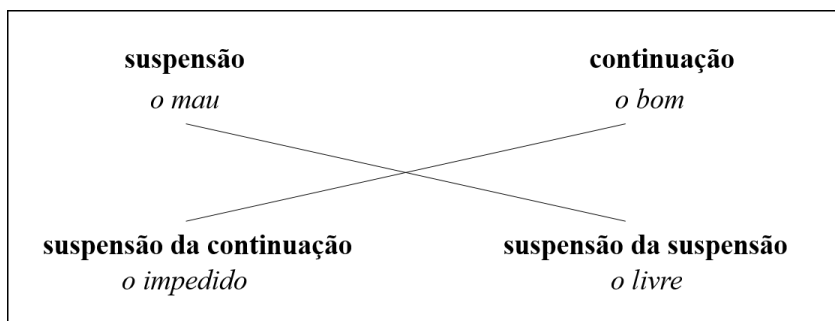
O tratamento da categoria o “bem” pelo quadrado tensivo dá o seguinte:



Também poderíamos ter produzido estas modalidades éticas – cujas denominações são, aqui, condicionadas – a partir dos dados da aspectualização, isto é, o nível nómico. A dedução seria a seguinte: o nível nómico fornece limites, a transgressão e o excesso negam estes limites, as modalidades éticas remissivas¹, negam estas negações segundo a figura bem conhecida.

As modalidades pulsivas

O tratamento da categoria do “bom” pelo quadrado tensivo dá o seguinte:



Esqueçamos as denominações dos subcontrários: a sua definição sintática é mais importante que o rótulo. O essencial não está aí: ter-se-á notado que os dois sistemas estão numa relação de inversão e, para o dizer sem rodeios: o “bom” não é o “bem”, na medida exata em que o “bem” não é o “bom”! E esta desigualdade

¹ Acerca do uso deste termo, ver Cl. Zilberberg, *Immanence et transcendance du polémique in Actes Sémiotiques- Bulletin*, VII, 30 de junho de 1984, pp.7-16

– que não é, evidentemente, a única – está na origem da existência semiótica: ela atravessa a *schizie* “natureza” / “cultura”, e, em Freud, o par “vida” / “morte” (Eros / Thanatos). Se o “mal” e o “mau”, por um lado, e o “bem” e o “bom”, pelo outro, estivessem colocados sob a mesma designação fórica e tensiva, a questão do destinatador não se colocaria – nos seus *Pensées*, Pascal mostra-se mais radical: “Não nos conservamos na virtude pela nossa própria força, mas pelo contrapeso de dois vícios opostos, como nos mantemos de pé entre dois ventos contrários: retirai um desses vícios, caímos no outro” –, a instintivação do “mal”, simétrica e inversa da culturalização do “bem”, perpetua a existência moral. Estas considerações não brilham pela originalidade, mas se, como diz Baudelaire, “Criar um estereótipo, é o gênio”, a desmontagem de um lugar comum tem, talvez, os seus méritos...

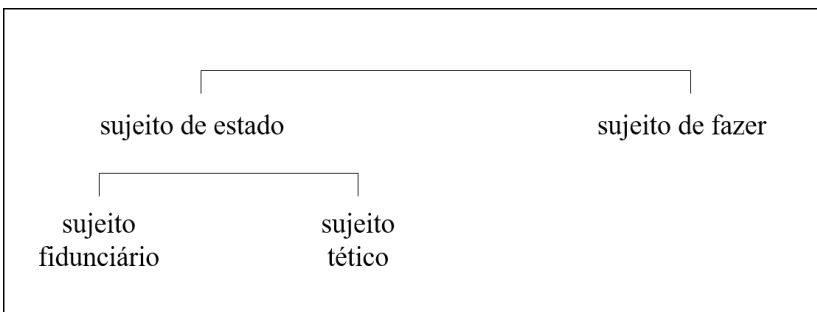
O sujeito fiduciário

Ao nível descritivo, o sujeito fiduciário é um sujeito que acredita no **valor do valor** e no **objeto-valor**. Desdobrada em *saber*, esta crença remonta a cadeia das pressuposições que a ordena, isto é, garante, assegura os valores críticos pelos valores páticos, estes últimos pelos valores nômicos para “chegar” finalmente aos valores fóricos. Acrescentemos que este sujeito fiduciário é – necessidade arcana? – um sujeito dividido devido à categorização própria de cada nível.

Como qualquer recém-chegado, este sujeito fiduciário deve encontrar o seu valor ao sol semiótico. Na sua qualidade de sujeito conjunto com o valor, ele é, incontestavelmente, um **sujeito de estado**. Neste caso, é o próprio conceito de sujeito de estado que deve ser organizado:

- Quando se tratar da conjunção (ou da não-conjunção) com o valor do valor, estaremos perante o sujeito fiduciário;
- Quando se tratar da conjunção (ou da não-conjunção) com o objeto valor, estaremos perante o sujeito lético.

A tipologia dos sujeitos apresentar-se-ia assim:



Estes sujeitos têm características formais diferentes:

- O sujeito fiduciário é um sujeito extenso e "vale" como constante;
- O sujeito tético é um sujeito intenso e vale como variável.

Por esta razão, o sujeito fiduciário e o sujeito tético "vivem" em temporalidades distintas, na falta das quais as desembraiagens e as embraiagens temporais não se produziriam.

Do mesmo modo, sem esta dissensão íntima, sem esta divisão do indivisível, as modalizações deontica e volitiva permaneceriam obscuras: como seriam tocadas estas modalizações, se não fosse esta desigualdade imanente entre sujeito fiduciário e sujeito tético?

- Entre o sujeito fiduciário que afirma o valor do valor e um sujeito tético disjunto do objeto-valor;
- Ou então, inversamente, entre um sujeito fiduciário disjunto do valor e um sujeito tético, pelo contrário, conjunto com o objeto-valor:

"Infelizmente, a carne é triste, e eu li todos os livros"

Se esta configuração caracteriza uma certa "modernidade", a sua descrição apela para os mesmos dados das configurações dos grandes sistemas fiduciários.

**Texto traduzido do francês "Reconnaissance de l'Univers Fiduciaire",
por Antónia Reis**

REFERÊNCIAS

- BAUDELAIRE, C. **Oeuvres complètes**. Paris: Gallimard/La Pléiade, 1954.
- FONTANILLE, J. **Actes sémiotiques**, v. IV, n. 33, 1982. p. 12.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Sémiotique**. Paris: Hachette, 1979. p. 230-232.
- GREIMAS, A. J. **Du sens II**. Paris: Éditions du Seuil, 1983.
- HJELMSLEV, L. **Prolégomènes à une théorie du langage**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1968.
- HJELMSLEV, L. **Essais linguistiques**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1971.
- HJELMSLEV, L. **La catégorie des cas**. Munich: Wilhelm Fink Verlag, 1972.
- HJELMSLEV, L. Corrélations morphématiques. In: *Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague*. v. XIV, **Essais linguistiques II**. Copenhague: Nordisk Sprog-og Kulturforlag, 1973.
- JAKOBSON, R. **Essais de linguistique générale**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1963.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Le totémisme aujourd'hui**. Paris: P.U.F., 1962.
- PETITOT, J. Sur la décidabilité de la véridiction. **Actes sémiotiques**, v. IV, n. 31, 1982.
- VALÉRY, P. **Cahiers**. T. 2. Paris: Gallimard/La Pléiade, 1974.
- ZILBERBERG, C. Immanence et transcendance du polémique. **Actes Sémiotiques - Bulletin**, v. VII, 30 jun. 1984. p. 7-16.

